

**HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS: AS CONDIÇÕES
MATERIAIS DA ESCOLA PRIMÁRIA NA PRIMEIRA REPÚBLICA**

**HISTORY OF EDUCATION IN MINAS GERAIS: THE MATERIAL
CONDITIONS OF PRIMARY SCHOOLS IN THE FIRST REPUBLIC**

Rogéria Moreira Rezende Isobe¹

Valéria Moreira Rezende²

Lorraine Gomes Rezende³

Adriana Alves dos Santos Costa⁴

RESUMO: Este artigo trata das condições materiais da escola primária representadas nos relatórios dos inspetores técnicos que atuavam na região do Triângulo Mineiro no início do século XX. A reforma educacional mineira de 1906 instituiu a Inspeção Técnica do Ensino determinando a prática de relatórios quinzenais para dar visibilidade à execução das ações reformistas que preconizavam a remodelação do ensino primário em Minas Gerais. Em seus relatórios os inspetores descrevem as condições materiais das escolas primárias da região evidenciando uma representação negativa sobre elas. Os relatos indicam ainda a necessidade de construção de novas escolas de acordo com os preceitos da higiene indicando que o Grupo Escolar representava a modernidade pedagógica a ser alcançada.

PALAVRAS-CHAVE: História da educação; Escola Primária; Uberaba.

ABSTRACT: This article examines the material conditions of primary schools as represented in the reports of technical inspectors who operated in the Triângulo Mineiro region at the beginning of the 20th century. The 1906 educational reform in Minas Gerais established the Technical School Inspection, mandating biweekly reports to provide visibility

¹ Doutora em Educação. Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). Endereço: Rua Izaura Fuzaro Pereira, nº 67, Bairro Tancredo Neves. Uberaba-MG. CEP: 38066-532. Telefone: (34)98861-1703. Email: rogeria.isobe@uftm.edu.br

² Doutora em Educação. Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Endereço: Avenida 31, nº 599 apto 2018, Centro, Ituiutaba -MG. CEP: 38300-104. Telefone: (34) 99681-3399. Email: valeria.rezende@ufu.br

³ Graduada em Educação Física. Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Endereço: Avenida Sadalla Jorge, nº 648, Bairro Universitário, Ituiutaba -MG. CEP: 38302-224. Telefone: (34)98429-1738. Email: lorrainegrezende@gmail.com

⁴ Graduada em Administração. Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Endereço: Rua 41, nº 108. Bairro Setor Sul, Ituiutaba -MG. CEP: 38300-016. Telefone: (34)99658-1978. Email: adrianainternet@gmail.com

into the implementation of reformist actions aimed at reshaping primary education in the state. In their reports, inspectors describe the material conditions of primary schools in the region, portraying them in a predominantly negative light. The accounts also highlight the need for the construction of new schools that adhere to hygiene principles, reinforcing the idea that the School Group represented the pedagogical modernity to be achieved.

KEYWORDS: History of Education; Primary School; Uberaba.

Introdução

O ensino primário na Primeira República esteve marcado por desafios estruturais que refletiam tanto a precariedade das políticas educacionais da época quanto a dificuldade do Estado em garantir uma infraestrutura adequada para a escolarização das crianças. A expansão da educação primária ocorreu de forma desigual, e as condições materiais das escolas se tornaram um dos principais entraves para a efetivação de um ensino de qualidade.

Carvalho (2003) indica que a organização da escola primária nesse período esteve atrelada a um projeto de modernização do país, no qual a educação era vista, no imaginário republicano, como signo da instauração da nova ordem para efetuar o progresso. De acordo com Souza (2008, p. 36) “educar o povo tornar-se-ia a preocupação central do projeto educacional republicano. O desafio de construir a nação brasileira passava pela necessidade de regenerar o povo, combatendo os maus costumes, o vício, a indolência”

No entanto, as deficiências estruturais das instituições de ensino revelam as contradições desse projeto, evidenciando um descompasso entre o discurso oficial e a realidade vivenciada nas escolas.

Diante desse contexto, este artigo busca analisar as condições materiais das escolas primárias no Triângulo Mineiro durante a Primeira República, com base nos relatórios da Inspeção Técnica da região. A pesquisa se fundamenta na análise documental de registros oficiais da Inspeção Técnica do Triângulo Mineiro no período. Pretende-se contribuir para o debate sobre os desafios da educação primária na Primeira República, destacando a importância das condições materiais na efetivação do ensino e na construção das práticas pedagógicas da época.

As condições materiais da escola: entre limitações estruturais e práticas educacionais

Em 1906, o governo estadual mineiro pôs em andamento ampla reforma educacional: a Lei nº 439, de 28 de setembro de 1906, regulamentada pelo Decreto nº 1960, do mesmo ano, autorizava profundas alterações no ensino público primário instituindo os grupos escolares como expressão de moderna e renovada organização da escola primária, que supunha a remodelação das práticas de ensino na sala de aula, a renovação dos métodos e processos de ensino e a introdução de novos saberes escolares nas escolas primárias mineiras.

No âmbito da reforma de 1906, o sistema de inspeção do ensino foi dividido em dois ramos: técnico e administrativo. Composto pelos *inspetores técnicos* e pelos *inspetores escolares* organizava-se em um conjunto diverso de funções e agentes que tinham como tarefa operacionalizar mudanças na organização pedagógica e administrativa do ensino.

A *Inspeção Administrativa* era realizada pelos inspetores escolares ou inspetores municipais, cargos não remunerados, confiados, em geral, a promotores de justiça, que exerciam, além de sua profissão, a fiscalização das escolas. Os inspetores municipais deveriam enviar *relatórios anuais* à Secretaria do Interior sobre assuntos gerais relacionados às questões burocráticas e administrativas das escolas. O Secretário do Interior observa que a inspeção administrativa “como antigamente, continua a ser desempenhada gratuitamente por cidadãos de livre nomeação do governo que têm funções meramente fiscais” (Minas Gerais, Rel. Sec. Interior. 1909, p. XXII)

A *Inspeção Técnica do Ensino* (ITE) instituição nova e remunerada criada com a Reforma de 1906, era realizada por profissionais dedicados exclusivamente ao serviço da inspeção escolar. Na organização dos serviços de inspetoria técnica, o estado foi dividido em 40 circunscrições literárias e, para cada uma, foi designado um inspetor técnico. De acordo com o Regulamento, os inspetores deveriam se remover semestralmente, percorrendo todas as escolas da localidade atuando junto à prática docente, orientando os professores primários para mostrar-lhes os novos métodos e processos de ensino postulados pelos reformadores e dando visibilidade à execução da reforma ao enviar relatórios *quinzenais* ao secretário do Interior. Assim, além das *visitas*, os inspetores deviam *relatar* aos reformadores do ensino o que viam e o que faziam, de modo a dar visibilidade às suas intervenções.

Os relatórios da ITE deviam conter informações minuciosas sobre os estabelecimentos de ensino visitados pelo inspetor expondo as orientações metodológicas dadas aos professores e os encaminhamentos realizados pela inspetoria técnica no sentido de conseguir espaço adequado e melhores condições de higiene e asseio dos estabelecimentos, bem como as solicitações necessárias para o provimento dos materiais e do mobiliário escolar de acordo com os preceitos da higiene e da pedagogia moderna.

No exercício de suas funções, os inspetores técnicos que atuavam no Triângulo Mineiro visitavam todas as escolas primárias contempladas pelo Regulamento: municipais, particulares e estaduais, as quais eram classificadas em grupos escolares ou escolas isoladas. Ao relatar sobre as condições das escolas primárias da região, os inspetores informam que a maioria desses estabelecimentos de ensino funcionavam em condições precárias no tocante à ordem, à disciplina, à higiene, às condições do espaço físico e aos materiais escolares.

[...] a escola do professor Sebastião Vieira Albernaz continua a funcionar no mesmo prédio, isto é, no mesmo pardieiro de que falei a V. Exa. no meu primeiro relatório. Disse-me ele que lhe tem sido impossível encontrar outro prédio na cidade, o que quer dizer que a sua escola irá ficando no mesmo casebre arruinado. (Minas Gerais, Rel. Inspeção. Araguari, 1907)

Inspecionando a escola estadual de Araguari, o inspetor expõe em seu relatório um dos grandes problemas apresentados na maioria dos relatórios de inspetoria: o espaço inadequado — as escolas funcionavam em “pardieiros”, casebres sendo difícil encontrar prédios adequados para que a escola cumprisse os desígnios do governo na modernização do ensino e da escola. No projeto republicano, era de fundamental importância que a escola causasse “boa impressão”, para atestar a modernidade educacional a ser instaurada. Mas os “pardieiros” impressionavam mal, seja pelo espaço inadequado, seja pela falta de asseio ou de materiais e móveis escolares adequados ao bom funcionamento. Observe-se os Relatórios do inspetor José Lopes Ribeiro Júnior referindo-se às escolas isoladas da região:

A sala de aula apesar de ser vasta, clara e de bom aspecto, não comporta o número de alunos freqüentes ficando estes como sardinhas em latas (Minas Gerais, Rel. Inspeção. Patrocínio, 1911)

[...] Funciona essa escola em um prédio particular, sendo certo que a sala é grande, bem espaçosa, mas completamente suja, sem higiene, de aspecto repugnante. Disse-me o professor que brevemente iniciará o asseio na referida sala, fazendo os consertos precisos. Observei que o quadro negro não tem as dimensões exigidas pelo atual Regulamento [...] desprovida como está de mobiliário, existindo apenas bancos grosseiros e mesas toscas, esta escola impressiona mal [...] notei que alguns alunos se apresentavam completamente sujos e com as vestes completamente rasgadas (Minas Gerais, Rel. Inspeção. Conquista, 1911)

A impressão que senti, visitando a escola do sexo masculino do distrito de Conceição, pertencente ao município de Araxá, foi bastante desagradável. [...] O prédio onde funciona esta escola é particular, sendo que a sala de aulas é acanhadíssima, escura, sem higiene, sem forro e de chão. É uma saleta estreita e quase indecente! O mobiliário consiste apenas em quatro estreitos e baixos bancos toscos (Minas Gerais, Rel. Inspeção. Conquista, 1911)

O inspetor relata a precariedade das escolas visitadas desprovidas de mobiliário, sem higiene, de aspecto “repugnante” e desagradável, com mesas e bancos toscos. Mesmo quando os relatórios informam sobre escolas que apresentavam melhores instalações, ressaltam a ausência outros aspectos como materiais didáticos, mobiliários, higiene. A escola acima referida, por exemplo, “apesar” de ser vasta, clara e de bom aspecto não comportava os alunos “ficando estes como sardinhas em latas”. A situação em que as escolas se encontravam causavam má impressão e são registradas em outros relatórios de inspetoria:

Essa mobília, como V. Exa. foi por mim informado, não presta. A escola não apresenta coisa alguma que impressione ao visitante, não só porque o prazo de seu funcionamento é muito curto, como por haver uma promiscuidade de livros didáticos impróprios à feição do ensino atual (Minas Gerais, Rel. Inspeção. Villa Platina, 1908)

Está instalada em um cômodo desgracioso e desconfortável, não adaptado ao fim a que se destina. Ao entrar na escola, onde os alunos falavam todos ao mesmo tempo, não se ouvia senão um ruído confuso e discordante que perturbava o ouvido e o espírito. Muito me desagradou também a falta de asseio dos alunos: negligência completa na roupa, mãos sujas e unhas pretas. Chamei a atenção do professor para essa falta, pedindo-lhe para fazer advertências e dar conselhos aos seus alunos, fazendo-lhes compreender a importância do asseio para a conservação da saúde e como símbolo exterior da nossa dignidade. A disciplina deixa muito a desejar, e por isso mesmo todos os trabalhos escolares são perturbados, trazendo como consequência natural o pouco adiantamento dos alunos (Minas Gerais, Rel. Inspeção. Uberaba, 1908)

Ontem e anteontem visitei as escolas públicas, tendo nelas deixado lançado o termo de minha visita. Observei a falta absoluta de mobiliário [...] os alunos existentes aqui assentam em bancos lisos, velhos e sujos, como observei e ou escrevem sobre esses mesmos imundos bancos, sem o menor grau de comodidade, ajoelhados, ou então reúnem-se em torno de uma mesa chata, apertados, e aí traçam sobre papéis sujos os seus gatafunhos. [...] Penso que os alunos das escolas de Uberabinha, amontoados num recinto impróprio e atirados sobre esses móveis sujos, não terão o menor incitamento, ficando sem a menor noção de higiene e conforto. As escolas, nesse caso, não poderão exercer nenhuma atração sob as crianças, afastando-as, sim, pela sua aparência. [...] Considero atualmente um grande sacrifício penetrar em uma escola sertaneja, onde falta tudo, inclusive a própria aparência das coisas. (Minas Gerais, Rel. Inspeção. Uberabinha, 1907)

A escola primária sertaneja é apresentada como uma escola marcada pela ausência pois “falta tudo”, são escolas que impressionam mal — instaladas em cômodo desgracioso e desconfortável, de aspecto repugnante e desagradável, alunos com mãos sujas e unhas pretas atirados sobre móveis sujos, bancos velhos e grosseiros e mesas toscas, sem o menor grau de comodidade, livros impróprios, indisciplina que perturba o espírito —, que não podem exercer

atração nem apresentam coisa alguma que impressione o visitante. Em suma: escolas não adaptadas ao fim a que se destinam, na formação de um cidadão higienizado física e mentalmente, na educação dos corpos e mentes das crianças de acordo com o projeto político educacional republicano. Nesse quadro, essas escolas se aproximavam de um passado imperial retrógrado e obscurantista e representavam o atraso que precisava ser superado.

Além da situação precária das escolas isoladas, os relatórios evidenciam as mesmas condições nas escolas primárias particulares e nas mantidas pelos governos municipais. Após visita à escola particular mista do município de Araguari, o inspetor Militino Pinto de Carvalho, relata que “o método é o antigo de soletração, com todo o seu cortejo de rotina. A escola funciona em lugar impróprio e anti-higiênico, como desasseados são os alunos que a ela comparecem. O professor é pouco experiente, pouco apto, inteligente, mas pouco preparo”. (Minas Gerais, Rel. Inspeção. Araguari, 1911).

Em sua maioria, os relatórios destacam os mesmos inconvenientes: espaços impróprios, utilização de métodos inadequados à moderna organização do ensino e despreparo dos docentes. Na escola municipal do sexo masculino da cidade de Frutal o inspetor Alceu de Souza Novaes observou que o atraso era representado pelo uso de “uma grande palmatória, mostrando que o professor não sabe educar se não acabando o caráter de seus alunos”. (Minas Gerais, Rel. Inspeção. Frutal, 1911).

O inspetor Militino Pinto de Carvalho comenta que a precária situação das escolas municipais de Uberabinha é idêntica às “de todas as mantidas pelas Câmaras em geral”:

Casa péssima (quase sempre ranchos cobertos com palmas de buriti e fechadas em volta de pau-a-pique) por lhe faltarem todas as condições higiênicas, sem mobília, faltam também os mais mezinhos objetos que constituem elemento indispensável ao ensino regularmente ministrado. (Minas Gerais, Rel. Inspeção. Uberabinha, 1913)

Nota-se que, em geral, tanto as escolas isoladas, como as municipais e particulares são apresentadas como instituições de ensino marcadas pela ausência de condições adequadas à evolução pedagógica pretendida, pois tais estabelecimentos de ensino afastavam-se do modelo ideal de escola primária: os grupos escolares.

Além de apresentar as condições das escolas, os inspetores relatavam também as providências tomadas para que as condições materiais das escolas estaduais isoladas, escolas particulares e municipais se aproximassem dos preceitos pedagógicos e higienistas que alicerçavam os intuitos reformadores do governo. Para isso, solicitavam a remessa de alguns

materiais escolares, argumentando que, sem isso, a escola não entraria “no regime atual do ensino”.

Não possui quadro-negro, também não tem livros de consulta para professor, Regulamento da Instrução, programa do ensino, regimento interno, mapa geográfico e modelos de caligrafia vertical. Com tais faltas, é impossível deixar-se bem determinado o modo de reger-se uma escola conforme o método atual, apesar dos bons predicados da professora, conforme pude verificar na demorada visita que fiz a essa escola. Apesar disso, dei instruções necessárias para metodização da regência da cadeira. (Minas Gerais, Rel. Inspeção. Araguay, 1911)

A escola funciona em prédio escolar municipal com dimensões acanhadas e falho de condições higiênicas: bastante luz e ventilação. Está nas mesmas circunstâncias que a escola acima relatada, falta quadro-negro, como faltam livros didáticos de consulta, modelos de caligrafia, mapas geográficos e mobília. Mesmo com os bons esforços da professora, que é inteligente, tem algum preparo e alguma aptidão didática, a escola não entrara no regime atual do ensino sem que lhe sejam enviados aqueles objetos. (Minas Gerais, Rel. Inspeção. Araguay, 1911)

Escolas municipais de Uberabinha a cargo dos professores Francisco Marra e Thereza Marra [...]. O método de ensino é ainda o de decorar lições, influindo para isso a falta de quadro-negro, mapas e outros objetos essenciais nas escolas modernas. (Minas Gerais, Rel. Inspeção. Uberabinha, 1909)

Falta à escola material didático como quadro-negro, livros para as classes, modelos caligrafia vertical. Não tem carteiras. A respeito do ensino em geral, dei as precisas explicações que melhor serão compreendidas quando a escola estiver aparelhada com o indispensável material. (Minas Gerais, Rel. Inspeção. Araguay, 1911)

Os relatórios mostram que a falta de materiais escolares se configurava como um dos entraves na execução da evolução pedagógica pretendida com a Reforma de 1906, pois a aplicação dos novos métodos e processos estava intimamente associada ao uso de materiais escolares “essenciais nas escolas modernas”. Nessas condições, os inspetores solicitavam a remessa de materiais pedagógicos, para que as escolas se encaixassem nos moldes exigidos pelos preceitos da moderna pedagogia. Além dos materiais didáticos, os inspetores pediam programas de ensino, regulamentos e regimento interno, de modo que todas as escolas primárias, munidas de tais documentos, seguissem as instruções oficiais. O inspetor Militino Pinto de Carvalho relata: “Ministrei ao professor, que tem regular aptidão para o magistério, as necessárias instruções para melhor reger sua escola, dependendo isto de remessa de programa, regimento interno e regulamento.” (Minas Gerais, Rel. Inspeção. Araguay, 1911).

Para o problema “predial”, os inspetores adotam medidas para melhorar as condições das escolas. Muitas vezes, têm de providenciar a transferência das escolas para melhores edifícios na localidade, entrar em contato com as Câmaras Municipais, indicar reformas e até

mesmo mandar demolir paredes, como no episódio testemunhado pelo inspetor Militino Pinto de Carvalho, referente à escola isolada de Vila Platina.

Não respondendo a sala do prédio às exigências do Regulamento, foi preciso demolir uma parede, o que foi por mim exigido e executado a 26, oferecendo assim a sala da escola o espaço desejado. Há luz e ventilação suficientes fornecidas pelas janelas voltadas para o nascente, além da porta de entrada. (Minas Gerais, Rel. Inspeção. Villa Platina, 1908)

Em outro relatório, fica evidente a intervenção do inspetor Alceu de Souza Novaes na organização da escola, para produzir a “modelização” do ensino de acordo com os preceitos da higiene e da pedagogia moderna:

Escola estadual mista regida pela professora Minervina Cândida de Oliveira. A escola funciona em um prédio municipal. O salão da escola tem as dimensões seguintes: 6,60 m de comprimento por 6,25 m de largura e 3,90 m de altura [...] o salão da escola servia de passagem para o interior do edifício. A meu conselho, foi esta passagem mudada para outra sala, tendo portas para a rua e para o interior, ficando mais ou menos isolada a sala da escola. Os alunos não possuem os livros recomendados pelo governo. Assim é que, para o início do aprendizado da leitura, vi os seguintes livros: Primeiro Livros de Leitura, de Felisberto de Carvalho, Cartilha Nacional, ABC Infantil e outros, o que impossibilita o ensino pela palavração e subdivide o primeiro ano em varias classes. Aconselhei a professora a que adotasse uniformemente o livro Primeira Leitura, de A. Joviano, preferindo ensinar (por ele) só com o auxílio do quadro-negro, caso as alunas não pudessem comprar aquele livro. Eu lhe aconselhei igualmente que banisse os compêndios de gramática, aritmética, geografia, etc., que suas alunas levavam para decorar as lições. (Minas Gerais, Rel. Inspeção. Uberabinha, 1909)

Os “conselhos” do inspetor demonstram claramente a intenção de modelar as práticas escolares em conformidade com o modelo escolar de educação que se instituiu com a Reforma. Propõe adaptação para que a sala escolar ficasse mais isolada e não servisse de passagem para o “interior do edifício”, o que evidencia a importância dada ao espaço próprio para a atividade escolar, separado do espaço doméstico. O movimento de renovação da escola indicava a importância da concepção da “escola como lugar” observando que “o edifício escolar devia ser configurado de um modo definido e próprio, independente de qualquer outro, em um espaço também adequado para tal fim. Isso implicava seu isolamento ou separação.” (Viñao Frago & Escolano, 1998, p. 73). Visando a homogeneização do ensino, o inspetor “aconselha” que a professora adote “uniformemente” o livro prescrito pelo governo e utilize o quadro-negro. Recomenda que a docente se livre das obras utilizadas para “decorar lições”, método contrário à evolução pedagógica pretendida com a reforma do ensino primário.

O inspetor Ernesto Melo Brandão relata que a implantação dos grupos escolares era importante e necessária para “corrigir a deficiência, para mim maior, da falta de prédios apropriados para o regular funcionamento das escolas” (Minas Gerais, Rel. Inspeção. Uberaba, 1908) que afetava a maioria dos estabelecimentos de ensino primário da região do Triângulo Mineiro, fossem municipais, fossem particulares, fossem ainda cadeiras isoladas estaduais.

As estratégias utilizadas pelos inspetores para a concretização dos intuitos do governo na execução da Reforma eram apresentadas em seus relatórios para dar a ver aos governantes o trabalho realizado e para fazer com que as autoridades, os educadores, o povo “se interessassem pelos negócios da instrução pública” e se convencessem da importância da criação do grupo escolar na localidade, como relata o inspetor Ernesto Melo Brandão:

Pus, pois, mãos à obra de elevação do ensino aqui, não esmorecendo um momento, apesar das dificuldades que se me antolhavam a cada passo. Fiz reuniões publicas, concitei professores para o cumprimento exato dos métodos adotados, estabeleci conferências publicas, solicitei o apoio da imprensa, criei caixa escolar, obtive, enfim, que o povo, os educadores e as autoridades locais se interessassem pelos negócios da instrução publica [...]observa-se verdadeiro entusiasmo com a criação do grupo escolar, cousa de que se não cogitava, visto falharem as anteriores e pouco entusiastas tentativas. (Minas Gerais, Rel. Inspeção. Uberaba, 1908)

O inspetor relata seu empenho em despertar o povo pela causa do ensino, provocando “verdadeiro entusiasmo com a criação do grupo escolar”, o modelo ideal de escola implantado com a Reforma educacional. Além de ser considerado o estabelecimento de ensino primário que melhor atendia os preceitos da higiene e pedagogia, os grupos escolares, com seus prédios suntuosos, representavam o destaque da educação primária no projeto educacional republicano. Em 1910 o inspetor Ernesto Carneiro Santiago relata que o grupo escolar de Uberaba foi construído “no centro de uma bela praça ajardinada e no cimo de uma colina” (Minas Gerais, Rel. Inspeção. Uberaba, 1910).

Observa-se que essa instituição modelar deveria situar-se em um lugar central e visível, de acordo com os intuitos do governo de promover a visibilidade da escola republicana demarcar sua importância no projeto republicano de regeneração do povo por meio da educação. Sobre essa questão Faria Filho e Vidal observam que “a racionalização e a higienização dos espaços e o destaque do prédio escolar com relação à cidade que o cercava visavam incutir nos alunos o apreço à educação nacional e científica, valorizando uma simbologia estética, cultural e ideológica constituída pelas luzes da República” (Faria Filho &

Vidal, 2000, p. 25). O relatório do inspetor José Lopes Ribeiro Júnior, da 27ª circunscrição literária, expõe as dimensões do prédio que estava sendo especialmente construído para o grupo escolar de Araxá:

Quase concluído o edifício do GE Araxá — prédio esplêndido, bem construído, majestoso. Tem 33 m de frente, 38 m de fundo, possui oito magníficos e bem ventilados salões, sala para diretor e professoras, salão para museu, oito quadros-negros com as dimensões exigidas pelo Regulamento, 10 latrinas, 10 mictórios, dois banheiros, dois recreios. O edifício é um dos melhores do estado por muitos motivos, existindo ainda nos fundos um ótimo terreno para campo prático. (Minas Gerais, Rel. Inspeção. Araxá, 1911)

O relatório aponta para as condições do prédio escolar, construído de acordo com os preceitos da higiene e da pedagogia e aparelhado com quadros-negros conformes ao Regulamento, evidenciando-se o investimento na valorização do ensino primário de acordo com a proposta educacional republicana dos reformadores. Nem todos os grupos escolares do Triângulo Mineiro tiveram prédio construído especificamente para esse fim; alguns foram adaptados, como o grupo de Vila Platina:

Procurei alguns cavalheiros influentes no meio social de Vila Platina e o ilustre presidente da Câmara Municipal, com os quais me entendi sobre a fundação de um grupo escolar. A idéia foi acolhida com aplausos, prontificando-se a Câmara, pelo seu principal órgão, a fazer as despesas da adaptação do ótimo prédio cedido para tal fim. (Minas Gerais, Rel. Inspeção. Villa Platina, 1908)

A implantação dos grupos escolares, como modelo de nova organização para uma escola que pretendia ser moderna, tinha como propósito substituir as escolas isoladas e fazer com que o ensino primário se disseminasse “no nível a que o governo deseja colocá-lo em todo o estado” (Minas Gerais, Rel. Inspeção. Villa Platina, 1908).

Embora os relatórios enfatizassem as boas condições materiais dos grupos escolares, os prédios construídos logo começaram a apresentar problemas, o que reclamava consertos e reparos, como relata o inspetor Ernesto Carneiro Santiago, referindo-se ao grupo escolar de Uberaba:

Não há dois anos que está construído e já tem paredes fendidas, muitas goteiras e o cimento dos alpendres estragado. Tem 10 salas, inclusive o gabinete das professoras são claras e higiênicas. A instalação sanitária é regular com obra de arte, mas o abastecimento de água é escasso e imprestável, durante os meses de agosto, setembro e outubro há semanas em que falta absolutamente água na caixa de distribuição e conseqüentemente

em todas as torneiras e latrinas do estabelecimento. [...] dividindo os pátios de recreio das sessões masculina e feminina, existe um muro baixo de meio tijolo; é de urgente necessidade que tal muro tenha mais de um metro pelo menos de alto, vindo terminar na parte média do alpendre por uma porta de comunicação entre as duas referidas secções. Por motivo de moralidade e disciplina do estabelecimento, essa obra tem caráter urgentíssimo. (Minas Gerais, Rel. Inspeção. Uberaba, 1910)

Entre reformas indicadas, destaca-se a necessidade de aumentar a altura do muro que separava os pátios de recreio dos meninos e das meninas, obra de “caráter urgentíssimo”, para separar as seções masculinas e femininas e evitar a convivência dos sexos, por motivo de “moralidade e disciplina”.

Além de manter os respectivos prédios em boas condições, era importante que os grupos escolares fossem providos de todos o aparelhamento necessário ao bom funcionamento do ensino. O inspetor Cândido Pereira Mendonça Júnior relata que o grupo de Araguari “começou a funcionar no dia 9 de março, foi instalado a 17 de abril deste ano e possui todos os moveis e objetos necessários a um estabelecimento deste gênero, só se ressentindo da falta de contadores mecânicos” (Minas Gerais, Rel. Inspeção. Araguari, 1909). O inspetor Ernesto Melo Brandão relatou as necessidades do grupo escolar de Uberaba.

Necessidades do grupo: adquirir uma máquina de costura para ser utilizada pelas alunas do 3º e 4º ano, remeter papel, tinta e mais utensílios escolares para serem distribuídos aos alunos pobres, remeter mais oito livros de ponto diário, mandar que seja designado um dos inferiores do 4º Batalhão para instrutor militar do grupo, remeter mais 200 boletins escolares. (Minas Gerais, Rel. Inspeção. Uberaba, 1911)

Os materiais escolares eram importantes para o andamento pedagógico e administrativo nos grupos escolares que deveriam ser exemplo de ordem, disciplina e metódica organização do ensino. O inspetor Alceu de Souza Novaes conta que providenciou um sino para ordenar e uniformizar os trabalhos escolares do grupo escolar de Vila Platina:

Havendo, porém, muita diferença na hora marcada pelos relógios dos professores, diretor e porteiro, não havia uniformidade nas aulas, no recreio, cantos, princípio e fim dos trabalhos. Obtive então do sr. João Caetano Novaes, por empréstimo, um pequeno sino que, a cargo do porteiro, anuncia as mudanças de horário, cantos etc. Depois disso, a chamada, que nunca era feita na hora certa, passou a ser feita às 11, conforme o Regulamento. (Minas Gerais, Rel. Inspeção. Uberaba, 1911)

Este relatório revela a intervenção do inspetor na organização dos trabalhos escolares, visando à “modelização” do ensino, no sentido de produzir homogeneização e uniformidade dos trabalhos escolares, conforme as prescrições do Regulamento quanto à necessidade de

controle racional e uniforme do tempo escolar, como a melhor forma de organização do ensino primário e eficácia dos processos de ensino de acordo com os resultados esperados com a reforma do ensino. Embora os relatórios mencionem alguns problemas de ordem material e pedagógica existentes nos Grupos Escolares, tais estabelecimentos consolidaram-se como instituições modelares. O inspetor Alberto Costa Matos relata que o grupo escolar de Uberaba apresentava deficiências materiais e alguns professores não aplicavam adequadamente os modernos métodos de ensino; mas, ainda assim, o estabelecimento causava “boa impressão” em sua organização geral: “Apesar dos senões que registrei, o conjunto me impressionou bem.” (Minas Gerais, Rel. Inspeção. Araxá, 1911).

Assim, os relatos dos inspetores técnicos que atuavam no Triângulo Mineiro evidenciam as representações sobre as escolas primárias da região: “pardieiros” que impressionavam mal pela precariedade das instalações, pela falta de higiene, de mobília e de materiais escolares adequados à moderna organização do ensino. Os relatos apontam ainda as estratégias de modelização exibidas nos relatórios no que se refere às condições materiais das escolas: derrubada de paredes, solicitação de remessa de materiais pedagógicos e programas de ensino, prescrição sobre a adoção uniforme de livros autorizados pelo governo, reuniões públicas e divulgação na imprensa sobre a importância das “luzes da reforma” do ensino para convencer a população e as autoridades locais sobre a necessidade de construir escolas de acordo com os preceitos da higiene e da pedagogia moderna — os Grupos Escolares — instituição modelar que representava a modernidade pedagógica que deveria ser capaz de superar o atraso da instrução primária em Minas Gerais.

Considerações finais

Este estudo teve como objetivo analisar as condições materiais das escolas primárias durante a Primeira República, a partir dos relatórios da Inspetoria Técnica do Triângulo Mineiro. A investigação buscou compreender de que maneira a precariedade da infraestrutura escolar e a escassez de recursos impactavam a efetivação do ensino primário nesse período, bem como refletiam as limitações das políticas educacionais implementadas pelo governo republicano.

Os resultados obtidos por meio da análise documental demonstram problemas estruturais significativos, como a insuficiência de prédios escolares, salas de aula inadequadas, falta de mobiliário e de materiais didáticos essenciais. Os relatos de inspeção indicam que as condições materiais das escolas primárias se apresentam como fator limitante para a realização de práticas pedagógicas eficazes de acordo com a modernidade pedagógica proclamada pelos re-

formadores republicanos. Observa-se que, apesar das recomendações feitas nos relatórios, a implementação de medidas concretas para a melhoria da infraestrutura escolar foi limitada, o que indica uma lacuna entre as diretrizes do Estado e a realidade vivida nas escolas.

O estudo contribuiu para a reflexão sobre a relação entre infraestrutura escolar e qualidade educacional, apontando que os desafios enfrentados na Primeira República ainda encontram eco em debates contemporâneos sobre a precarização da educação pública.

Referências

- CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **A escola e a república e outros ensaios**. Bragança Paulista: Edusf, 2003.
- FARIA FILHO L M de & VIDAL, D. G. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. In: **Revista Brasileira de Educação**. nº 14. 2000.
- ISOBE, Rogéria Moreira Rezende. **Moldando as práticas escolares**: um estudo sobre os relatórios da inspeção técnica do ensino do triângulo mineiro (1906-1911). São Paulo: PUCSP, 2004. 161f. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Educação
- ISOBE, Rogéria Moreira Rezende. **Educação e civilização no sertão**: práticas de constituição do modelo escolar no triângulo mineiro (1906-1920). São Paulo: PUCSP, 2008. 217f. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Educação
- SOUZA, Rosa Fátima. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX** (ensino primário e secundário no Brasil). São Paulo: Cortez, 2008. (Biblioteca básica da história da educação brasileira, v. 2).
- VIÑAO FRAGO, A. & ESCOLANO, A., **Currículo, espaço e subjetividade**, Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1998.

Fontes:

- Minas Gerais, Rel. Secretário do Interior. 1909.
- Minas Gerais, Rel. Inspeção. Araguary, 1907
- Minas Gerais, Rel. Inspeção. Araguary, 1909
- Minas Gerais, Rel. Inspeção. Araguary, 1911
- Minas Gerais, Rel. Inspeção. Araxá, 1911
- Minas Gerais, Rel. Inspeção. Conquista, 1911
- Minas Gerais, Rel. Inspeção. Frutal, 1911
- Minas Gerais, Rel. Inspeção. Patrocínio, 1911
- Minas Gerais, Rel. Inspeção. Uberaba, 1908
- Minas Gerais, Rel. Inspeção. Uberaba, 1910
- Minas Gerais, Rel. Inspeção. Uberaba, 1911
- Minas Gerais, Rel. Inspeção. Uberabinha, 1909
- Minas Gerais, Rel. Inspeção. Uberabinha, 1907
- Minas Gerais, Rel. Inspeção. Uberabinha, 1913
- Minas Gerais, Rel. Inspeção. Villa Platina, 1908